

Investimentos privados de brasileiros na África Portuguesa: o caso da *Western Africa Malachite Copper Mines Company*

Frederico Antonio Ferreira¹

Resumo: O artigo analisa a alteração de investimentos do ex-trafficante de escravos brasileiro residente em Angola, Francisco Antonio Flôres, através da atuação da firma criada por ele: a *Western Africa Malachite Copper Mines Company Limited*, com sede em Londres, entre os anos de 1855 a 1860 e o término de suas atividades após a conflitos entre congolese e portugueses ocorridos em 1859-1860. Será analisado como a liberação de capital envolvida no tráfico de escravos, fenômeno perceptível tanto para o Brasil como para o caso africano, foi responsável por alavancar novas atividades econômicas.

Palavras-chaves: Mineração; Francisco Antonio Flôres; Angola; Capital; Crédito.

Introdução

O artigo analisa o caso da *Western Africa Malachite Copper Mines Company Limited*, uma firma de exploração de minérios na colônia portuguesa de Angola, com sede em Londres, formada pelo ex-trafficante de escravos brasileiro Francisco Antonio Flôres. A empresa atuou na exploração de cobre e malaquita na região da Serra do Bembe, no antigo Reino do Congo – atualmente pertencente a República de Angola. O período estudado abrangerá a concessão do direito de exploração da região à Francisco Antonio Flôres em 1855 até a encampação da área após o levante ocorrido no referido reino e norte da colônia de Angola entre 1857 e 1860. Pretende-se mostrar com isso que com a diminuição e erradicação drástica do tráfico transatlântico de homens e mulheres para o trabalho escravo no Império do Brasil, após a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, houve a busca por novas alternativas de negócio dos antigos contrabandistas de escravos brasileiros residentes em Angola para outros setores econômicos, como a mineração e/ou a agricultura no continente africano².

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Caldas e coorientação do Prof. Dr. Pedro Campos Contato: arquivistafred@gmail.com

² O presente artigo é um desmembramento da dissertação intitulada: “O Imperador e o Príncipe: a participação do Estado Imperial Brasileiro na questão sucessória no Reino do Congo (1858-1861)”, em

Historiografia e o fim do Tráfico de Escravos

Na historiografia brasileira, as explicações acerca das consequências do fim do tráfico de escravos giram em torno dos efeitos macroeconômicos da medida no Brasil ou em aspectos relacionados aos efeitos monetários na economia nacional – mudanças na oferta e demanda de moeda, expansão do sistema bancário, entre outras e efeitos relacionados ao mercado imobiliário, contudo nenhuma destas se volta para análise das implicações numa dimensão atlântica ou mesmo nos mercados de origem de força de trabalho na África. Enquanto Prado Júnior ([1945], 1980) e Furtado ([1959], 2007) postulam tendo como base os efeitos da cessação do fluxo contínuo de mão de obra sobre a monocultura agroexportadora do Brasil do 2º Reinado, autores como Rodrigues (1964) e Alencastro (2000) adotam uma postura voltada para os efeitos sobre o mercado de crédito e o comércio, em especial no Rio de Janeiro. Por fim, outros autores como Vitorino (2008), buscam detalhar melhor os efeitos do fim do tráfico de almas no sentido da expansão do crédito³ e do mercado financeiro.

Prado Júnior ([1945], 1980) se fixa nos efeitos do fim do tráfico para o fornecimento de mão de obra. As implicações imediatas da suspensão do tráfico de almas em um primeiro momento seria a cessação das correntes de povoamento, o fim do fornecimento da força de trabalho em um período importante da expansão da cultura do café (PRADO JÚNIOR, [1945], 1980). Desde a vinda da Família Real para o Brasil, o sistema escravista estava determinado ao desaparecimento. O arrefecimento do trabalho escravo a partir de então abriu uma nova etapa de desenvolvimento da economia nacional (PRADO JÚNIOR, [1945], 1980). Nesta mesma linha, Furtado ([1959], 2007) aborda como que a eliminação do tráfico agravou a questão da mão de obra em uma economia que crescia extensivamente. Logo, o único recurso disponível para expansão deixava de ser a da força de trabalho e passava a ser a terra. A não existência de mão de

desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³ Expansão de crédito é o aumento da oferta de moeda disponível em uma economia (MANKIWI, 2009). Um aumento de volume da soma de moeda manual - moeda em poder do público sob forma de papel moeda ou moedas metálicas - e de moeda escritural - moeda depositada em instituições bancárias (PINHO *et alli*, 2011)

obra disponível para as lavouras em crescimento colocava em xeque a capacidade dos donos de propriedades cafeicultoras e em última análise do próprio Estado Imperial em sustentar este desenvolvimento progressivo da produção. A exigência de uma solução dentro da lógica de um mercado de trabalho capitalista era premente (FURTADO, [1959], 2007).

Em outra linha encontra-se Florentino (1997) o qual postula que mesmo após o término oficial do tráfico de escravos no Brasil, alguns dos envolvidos neste mercado seguiram a lógica de diversificação dos investimentos, abandonando as atividades do tráfico de escravos, enquanto que outros mantiveram-se no ramo ampliando suas atividades para outros pontos da América em que ainda era possível traficar, como em Cuba por exemplo, e comerciando com portugueses e ingleses no litoral africano. Dentro deste princípio de variação das atividades, segundo Florentino (1997), grande parte dos contrabandistas que deixaram a atividade investiram seus recursos no mercado imobiliário. Fica notório, para o autor, que dentre aqueles que abandonaram as atividades foi feita uma escolha por um tipo de acumulação de capital de cunho rentista que tinha na compra de imóveis para aluguel na cidade do Rio de Janeiro um investimento promissor. Tal prática já vinha sendo realizada desde antes da lei de 1830.

No viés relacionado aos efeitos sobre o mercado de crédito e ao estímulo ao comércio, Rodrigues (1964), entende como a primeira e mais importante consequência da abolição do tráfico foi a liberação de capital⁴ envolvido no negócio assim como a mudança de destinação dos recursos dos fazendeiros aplicados na aquisição de novos cativos. Com isso, houve a expansão da base monetária⁵ e com ele o crédito. Para o autor, este capital repatriado distribuiu-se em melhorias urbanas, na criação de novos empreendimentos, e em um maior investimento nas propriedades agrícolas (RODRIGUES, 1964). Para Alencastro o rompimento com os comerciantes portugueses de escravos e produtos lícitos favoreceu a comercialização de bens britânicos

⁴ Capital é o conjunto (estoque) de bens econômicos heterogêneos (PINHO, *et alli*, 2011, p. 632), segundo Wonnacott (1994, p. 798) ele pode ser subdividido Capital físico: em equipamentos, edificações e outros materiais utilizados no processo produtivo e que foram produzidos no passado; Capital financeiro: fundos disponíveis para a aquisição de capital físico quanto ativos financeiros em instituições bancárias e por fim o Capital Humano: capacidade e habilidades adquiridas através de investimento.

⁵ Base monetária é o total de moeda em poder do público e das instituições financeiras (WONNACOTT & WONNACOTT, *et al.* 1994, p. 797)

(ALENCASTRO, 1987) A diminuição brusca ou a erradicação do tráfico de escravos entre as costas do litoral africano e o Brasil, por volta da metade do século XIX, desencadeou uma série de transformações econômicas e sociais no Império do Brasil, em especial em grandes portos de entrada de cativos (ALENCASTRO, 2000).

Com o término do fluxo de cativos o Rio de Janeiro, capital da monarquia, se consolida como centro financeiro-comercial e um promissor mercado consumidor após 1850. A respectiva oferta monetária gerada pela liberação do capital aplicado no comércio de almas levou a um aumento do crédito e ao surgimento de sociedades anônimas (VITORINO, 2008). O capital aplicado no tráfico ilegal de escravos foi, predominantemente, reinvestido para o mercado de financeiro e de manufatura. Contudo, a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, por si mesma, não foi o suficiente para reverter imediatamente este capital aplicado no tráfico de escravos, seja no Brasil seja na África, para outros setores da economia. Para desestruturar a composição do tráfico foi preciso que o governo imperial decretasse outra lei na qual ameaçava o confisco ou destruição dos bens e a destruição dos traficantes estrangeiros (VITORINO, 2008).

Mudanças na estruturação do tráfico de escravos em Angola

O negócio do tráfico de almas em colônias portuguesas como Angola e Moçambique, e ainda em regiões como a foz do Rio Zaire⁶, tinha nos comerciantes brasileiros ou luso-brasileiros importantes atores. (PINTO & CARREIRA, 1979). Com o aumento da pressão por parte da Grã-Bretanha no sentido de inibir o tráfico de almas, os comerciantes brasileiros envolvidos, buscam outras formas de organização logística que permitissem o prosseguimento do negócio. Logo, casas comerciais brasileiras estabelecem entrepostos no litoral africano, em especial Angola, de modo a aparelhar no outro lado do oceano os carregamentos e assim diminuir os riscos de que os navios negreiros fossem capturados pela marinha britânica (ALMEIDA, 2009).

⁶ Para facilitar a compreensão do tema tratado e evitar a confusão causada pela ampla utilização do termo "Congo", o rio do mesmo nome será chamado de Zaire, forma corrente no século XIX.

Assim, o tráfico de escravos entre as décadas de 1830 a 1850 foi comandado por algumas casas mercantis que operavam com volumosas somas de capital e com isso tinham condições de estruturar um negócio altamente organizado. Para fugir da ação dos britânicos próximo aos portos tradicionais como Luanda e Benguela, os traficantes passam a embarcar os cativos de portos fora dos limites formais portugueses ao norte, na região do Rio Zaire, Cabinda⁷ e Ambriz⁸ e ao sul de Benguela (PIRES, 2005). As firmas começaram a estabelecer feitorias no litoral do Centro Oeste africano, que com seus barracões e atracadouros improvisados se espalhavam em praias quase despovoadas (WISSENBAACH, 2003), estes estabelecimentos livravam os traficantes das taxas cobradas pelas autoridades comerciais portuguesas e ainda possibilitavam uma maior rapidez ao processo de distribuição do cativo garantindo um embarque mais ágil e menos arriscado. Isso possibilitava o nefasto preparo de homens, mulheres e crianças para o embarque assim como permitia armazenar os recursos necessários para seu trato e ainda acondicionar outros bens comerciáveis como marfim, cera, urzela, tecidos, dentre outros. (ALMEIDA, 2009). A ligação destes entrepostos com seus fornecedores no interior do continente se dava através dos chamados “pombeiros” que percorriam o sertão fazendo as transações e enviando os escravos para costa e levando para o interior os produtos importados (RODRIGUES, 2005). O período final do comércio de escravos no Brasil, entre 1831 a 1850, viu uma maior mobilização dos comerciantes que persistiam neste tipo de empreendimento. Para conseguirem fazer frente aos novos desafios impostos pelos cruzadores britânicos em seu patrulhamento do Atlântico Sul os escravagistas passaram a investir recursos diretamente no continente africano. A construção e manutenção de feitorias e barracões próximos aos pontos de embarque

⁷ Cabinda atualmente é uma divisão territorial da República de Angola, formando um enclave entre o Congo, ex-Zaire, e a República do Congo. Até o século XIX, a região foi um dos principais entrepostos portugueses de escravos. Os habitantes da região no Brasil chamados cabindas ou cambindas, se autodenominavam Ba-vili (LOPES, 2011, p. 155)

⁸ Ambriz, porto localizado ao norte de Luanda na atual República de Angola. Nos anos de 1830 era o principal ponto de saída do interior do país para o litoral, foi um dos mais importantes centros exportadores de escravos para o Brasil (LOPES, 2011, p. 56)

assim como o custeamento de pessoal lá estabelecido significou um investimento de difícil liquidação⁹ (PARRON, 2009).

Essa “estranha história de produzir, comprar e vender homens” (FLORENTINO, 2010, p.227) clandestinamente acabou assim por construir um complexo sistema comercial que envolvia diversos agentes sociais (ALMEIDA, 2009). Diplomatas britânicos estimavam que os lucros destes traficantes, numa viagem bem sucedida, variavam entre 100 a 500% sobre o investido (KARASH, 2000). Diante da ameaça recorrente do fim do tráfico de escravos, estes homens buscam diversificar seus investimentos e a aproximar-se do governo emprestando dinheiro para agentes públicos ou mesmo para o próprio governo (ALMEIDA, 2009) Com o passar do tempo sua atuação estendeu-se sobre vários aspectos da vida social nas colônias portuguesas na África (RODRIGUES, 1964, p. 181-183). Nas décadas de 1840 e 1850, traficantes de escravos brasileiros se tornaram financiadores importantes do Governo Geral em Angola atuando desde empréstimos diretos, no fornecimento de alimento para as tropas ou montaria para a cavalaria (FERREIRA, 2011, p.09). Pensar nos efeitos do fim do tráfico de escravos decretado pela Lei Eusébio de Queiroz de 1850 no Império do Brasil traz, conseqüentemente, a necessidade de transcender ao cenário estritamente nacional e buscar entender quais as implicações deste fato no contexto político, econômico e social do outro lado do atlântico sul.

No Brasil, a legislação que proibia o tráfico negreiro passou a tipificar, de modo diferenciado, os proprietários agrários que adquirissem cativos dos agentes envolvidos no traslado e comércio de africanos. Isso isolou os traficantes responsabilizando-os, inteiramente, como os únicos responsáveis pelo crime de comércio ilegal equiparado ao de contrabando e pirataria. Sem amparo legal, assumindo solitariamente todos os altos riscos envolvidos, a imagem do traficante de escravos mudou significativamente no Brasil após a Lei Eusébio de Queiroz (SILVA, 2008). Apesar do tráfico de escravos ter sido extinto dentro do império português desde 1836 foi uma prática recorrente nas décadas seguintes. Ante uma demanda constante por parte de países que ainda

⁹ Liquidez é a facilidade com que um ativo pode ser convertido em meio de troca da economia (MANKIW, 2009, p.816). Facilidade com que pode ser vendido em curto prazo, a um preço predizível e com pequeno custo (WONNACOTT, *et al.* 1994, p. 815).

mantinham a escravidão como algumas colônias francesas no caribe e a ilha de Cuba (HERLIN, 2004) e com uma metrópole com sérios problemas econômicos (ALEXANDRE, 2004), incapaz de promover outras atividades econômicas em suas colônias (WHEELER & PELISSIER, 2009), os traficantes de escravos e seus recursos investidos em Angola se tornaram uma alternativa promissora.

A nova política colonial portuguesa para a África

A década de 1850, nas possessões portuguesas na África, foi um período no qual o governo central de Lisboa se esforçava por implantar um novo modelo colonial mais afinado com os ditames liberais que assumiram o poder em Portugal após a Guerra de 1836. Todo este movimento foi encabeçado pelo ministro Sá de Bandeira e tinha como uma de suas principais metas implantar um modelo econômico nas colônias que viesse a diminuir os prejuízos decorrentes da emancipação do Brasil. Elas deveriam gerar lucros de modo a que sustentassem por si mesmas os custos necessários para sua manutenção e assim aliviassem aos gastos da combalida metrópole portuguesa (PÉLLISSIER, 1997). Para isso seria necessário um conjunto de medidas, dentre as quais a abertura de novos portos com a cobrança de taxas aduaneiras, expansão do domínio colonial efetivo sobre outras regiões ao norte e ao sul dos territórios já ocupado e a implementação de novos produtos de valor comercial para a exportação (ALEXANDRE, 1998).

Nesta busca por novos produtos para exportação a mineração passa a ter um papel de destaque. Os portugueses têm conhecimento da produção de malaquita e cobre nas terras próximas à foz do rio Zaire desde o século XV (VANSINA, 2010); e da extração de ferro, sal enxofre e cobre na região de Benguela desde o século XVII (HERBERT, 1984, p. 127). Com isso, o Reino Português que sempre fora dependente do comércio internacional de cobre enxergava nas jazidas situadas no Reino do Congo uma oportunidade de deixar de ser um importador e vislumbrava a possibilidade de passar a ser um exportador do metal (BIRMINGHAM, 2003, p. 65). Em 1838 a metrópole publica um decreto que autoriza o Governo Geral de Angola a lavrar por conta própria as minas existentes na região. Contudo, diante da debilidade econômica do governo local é editado em 1852 um novo ordenamento jurídico que permitiria a

concessão de licenças para exploração das jazidas por terceiros. A partir daí o governo central passa a insistir junto ao Governo Geral, por maior rapidez e efetividade na produção mineral da colônia de Angola (SILVA, 2008, p.76)

Atendendo a estas propostas o Estado Colonial português sediado em Luanda empreendeu a conquista do porto de Ambriz ao norte, procurou estender sua influência política e econômica sobre povos locais situados fora das áreas de presença lusitana como o Reino de Cassange, Loango e o do Congo e ainda estimulou o cultivo de produtos como algodão (WHEELER & PELISSIER, 2009). No sentido de possibilitar novas fontes de renda na colônia e ainda ocupar parcelas do território do centro oeste africano, até então fora do domínio português, o Conselho Ultramarino cede o direito da exploração de determinadas minas de malaquita e cobre para o ex-traficante de escravos brasileiro Francisco Antonio Flôres e posteriormente para a firma *Western Africa Malachite Cooper Mines Company Limited* de propriedade do mesmo.

Importante frisar que, apesar dos propósitos por parte do poder central, a colônia de Angola sofrera por séculos da falta de investimentos. Desde 1808 a lógica de colonização da região estava ligada à deportação, cada vez em maiores quantidades, de escravos como força de trabalho para a América Portuguesa (WHEELER & PELISSIER, 2009). Com a emancipação política do Brasil e a Guerra Civil entre absolutistas e liberais em Portugal desorganizou-se o sistema financeiro local – extremamente dependente da antiga Colônia Americana - e a pressão britânica no litoral atuando contra o tráfico de pessoas para a escravidão dificultava a obtenção de rendimentos dos colonos brancos envolvidos neste vultoso empreendimento. Por outro lado Portugal, na metade do século XIX, estava à margem do processo de industrialização e arrastou suas colônias a mesma situação de ostracismo. Sem indústrias, sem demanda por matérias primas ou produtos agrícolas as possessões no Continente Negro perdiam sua razão de ser. (ALEXANDRE, 2004). Diante das limitações impostas até então e frente a pouca repressão por parte do governo português, o tráfico de almas seguia sendo o principal item do comércio angolano durante a primeira década do século XIX (HERLIN, 2004).

A necessidade de investimentos para a região de Angola contrastava com a incapacidade portuguesa de fazê-los. A perda das rendas advindas de sua colônia na

América e a ausência de empresas privadas capazes de mobilizar recursos suficientes para promover a exploração econômica da colônia exigiam medidas extremas. Uma das novas posturas adotadas foi o incentivo a atividades produtivas, ainda que ilícitas. Apesar da pressão britânica, inicialmente, as autoridades colônias portuguesas não atuavam com firmeza no combate ao tráfico ~~de homens e mulheres~~ para o trabalho escravo na América (ALEXANDRE, 1998). Dentre as atividades lícitas, por outro lado, está o estímulo à agricultura de produtos exportáveis. Foram iniciadas culturas de café, açúcar, amendoim dentre outros assim como a mineração (MONTEIRO, 1875, p.160). Tais iniciativas dependiam de recursos, os traficantes de escravos e seu capital investido em Angola, a medida que buscavam diversificar suas atividades econômicas, passaram a atuar nestes novos setores. Isso confirma o postulado de Florentino (1997) no sentido de identificar a permanência destes súditos brasileiros em Angola e o prosseguimento dos contatos comerciais com os portugueses no litoral africano.

Trajetória de Francisco Antonio Flôres

Dentre estes súditos brasileiros, ou luso-brasileiros, que permanecem mantendo relações comerciais no continente africano, destacaremos o caso de Francisco Antonio Flôres. Português de nascimento, migra jovem para o Brasil e trabalha com seus patrícios na firma Amaral & Bastos envolvidos no mercado de tecidos no Rio de Janeiro assim como com o contrabando de cativos (FERREIRA, 2011). Esta era considerada a terceira mais importante empresa no tráfico de escravos, inclusive com representação em Luanda onde possuía alguns barracões (PESSOA, 2011). A empresa era proprietária de alguns navios constantemente empregados no tráfico de escravos, eles foram os primeiros a usar, no transporte de escravos da África, barcos a vapor (ACCIOLI, 2010, p. 11). Apesar de todo seu aparato para manter-se no negócio a firma, após 1850, foi alvo da ação da fiscalização britânica. Mesmo com a Lei que proibia o tráfico de cativos, no mesmo ano de sua promulgação, a Companhia Amaral e Bastos, teve duas de suas embarcações apreendidas pelos britânicos, elas haviam partido de Benguela e rumavam para Macaé no norte fluminense. Uma dela transportava cerca de 612 e outra com 500 almas (ACCIOLI, 2010, p. 32). No semestre seguinte outros dois navios

negreiros também foram capturados, um com 750 e outro com 400 (ACCIOLI, 2010, p. 33). Com a repressão ao tráfico, um dos sócios, José Antônio de Souza Basto, como outros tantos portugueses comerciantes no período, voltou para Portugal; em 1850. Contudo, a razão social Amaral & Basto seria mantida até 1859, sendo substituída pela Amaral, Bernardes & Cia subsequentemente (ACCIOLI, 2010).

Francisco Antonio Flôres chegou em Angola na década de 1840 como representante da *Amaral & Bastos Company* para trabalhar num dos muitos barracões desta firma na região. Contudo, diante da forte repressão movida pelos britânicos nas regiões tradicionais de embarque de cativos e dos prejuízos causados à sua firma, ele inicia a sua atuação como um negociante autônomo. Apesar de ter sido deportado de Angola em 1850, devido a questões relacionadas ao tráfico, tinha estreitas ligações com o governador geral e até mesmo com as autoridades britânicas que serviam no Tribunal da Comissão Mista Anglo-Portuguesa para combate a escravidão estabelecidos em Luanda (FERREIRA, 2011, p. 9), mais uma vez confirmando as interações comerciais entre traficantes ou ex-traficantes com o mercado da colônia portuguesa (FLORENTINO, 1997).

Nos boletins do Governo Geral de Luanda são abundantes as narrativas de suas doações. São registradas doações de arroz, vinho, carne, pães e aguardentes aos soldados instalados na capital Luanda, assim como na praça de Ambriz. Ainda se registram as ofertas de bolachas finas, frutas em conserva, doces para sobremesa e até mesmo champanhe para o oficialato. Se já não fosse o suficiente, fez donativo de dinheiro aos soldados feridos em combate com os nativos e se comprometeu a abastecer a prisão de Luanda entre 1848 a 1861 (ÍNDICE DO BOLETIM OFFICIAL, 1864).

Diante das dificuldades no prosseguimento no negócio do tráfico de almas tendo como base os portos tradicionais de Luanda e Benguela ele diversifica suas atividades em Angola (FERREIRA, 2011). Amplia sua atuação comercial de produtos lícitos, investe na produção de produtos agrícolas para a exportação (AHI: 238-2-1) e no mercado de crédito, chegando a se tornar credor do Governo Geral e mesmo da representação consular brasileira alojada em Luanda (AHI:238-2-2). Assim, entre os anos de 1850 a 1860, Francisco Antonio Flôres se torna o maior investidor brasileiro em Angola (FERREIRA, 2011). Neste aspecto, o postulado de Rodrigues (1964),

relacionado ao fato de que, na medida em que o tráfico de almas arrefecia possibilitava a liberação do capital envolvido mudando a destinação dos recursos.

Sua atuação não ficou limitada ao empréstimo de dinheiro ou doações às entidades do governo colonial. Se servindo da rede de relacionamento criada por ele desde sua chegada à Angola, Francisco Antonio Flôres consegue através do decreto de 7 de Novembro de 1855 a concessão de exploração das minas de cobre e malaquita no Bembe, no Reino do Congo (PORTUGAL, 1913). Em contrapartida deveria importar para aquela região cinquenta casais de colonos portugueses do continente ou das ilhas atlânticas dominadas pelos portugueses como Açores e Madeira, obrigação que lhe era cuidadosamente recordada pela portaria de 20 de Outubro de 1857 (PORTUGAL, 1913). A localização das minas pode ser verificada na figura 1 abaixo. Entre as obrigações impostas, a de organizar uma expedição que fosse realizar a ocupação da região, a montagem da administração local e a construção de estradas e fortalezas que rumassem até o Ambriz. Os encargos eram quase que tomados de parceria entre o Estado e esse comerciante. Por outro lado, a defesa das instalações seria feita pelo governo colonial (PORTUGAL, 1913).

Mostrando a profundidade das interações entre estes financiadores privados, traficantes ou ex-traficantes de escravos, e o Estado Colonial Português o Governo-Geral de Luanda, em 1857, aprova um vultoso empréstimo ao Sr. Flores para capitalizar lhe diante dos custos da expedição de ocupação das minas concedidas (PORTUGAL, 1913). Contudo, os recursos viriam da chamada “Arca dos Órfãos de Luanda”, instituição do governo português que gerenciava os espólios de crianças que perdiam os pais e não possuísem outros parentes na colônia (PORTUGAL, 1868). Após a concessão das minas, a casa comercial de Flores ampliou sua influência política e econômica em Angola. Em 1859, o vice-cônsul brasileiro dava notícias do sucesso das minas do Bembe (AHI:238-2-2). Essa proximidade entre os empreendedores brasileiros e as autoridades coloniais, neste caso específico dos empreendimentos de Francisco Antonio Flôres, leva a refletir acerca do possível rompimento entre o Império do Brasil e os comerciantes lusitanos, conforme defendido por Alencastro (1964). Apesar do afastamento político e institucional entre estes dois lados do Atlântico Sul e das proibições formais para o estabelecimento de representações brasileiras nas colônias

entre 1827 a 1855 (GUIZELIN, 2015) os contatos comerciais, assim como os vínculos econômicos, sociais e culturais permaneceram (FERREIRA, 2006) e após 1850 até mesmo os contatos diplomáticos entre o Império do Brasil e a colônia portuguesa de Angola são retomados (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1855). A partir daí, as iniciativas empresariais deste súdito brasileiro em Angola passaram a ser alvo da atenção dos vice-cônsules do Império do Brasil instalados em Angola (AHI: 238-2-2).

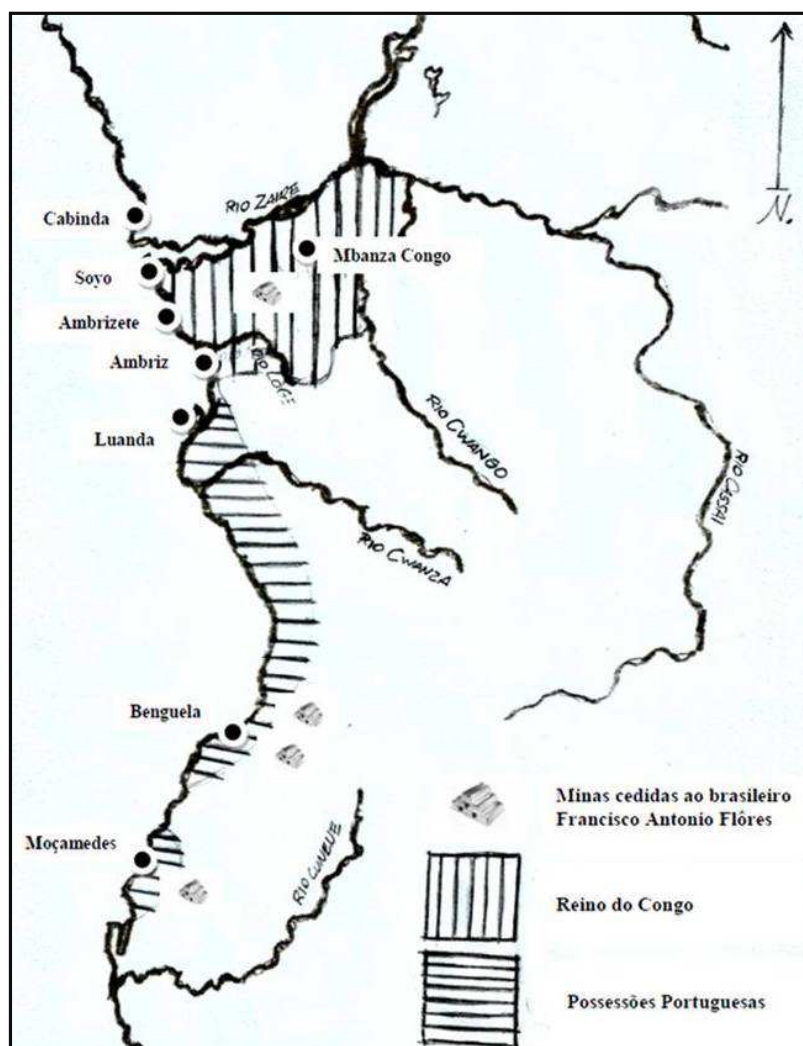


Figura 1. Distribuição das minas concedidas pelo governo colonial português ao súdito brasileiro Francisco Antonio Flôres entre os anos de 1850 a 1865

A formação da *Western Africa Malachite Copper Mines Company* e a participação britânica

Aparentemente, a soma retirada da “Arca dos Órfãos” não fora o suficiente para Francisco Antonio Flôres, buscando mobilizar mais recursos para suas empresas mineradoras ele abre uma firma em sociedade com financistas britânicos, em 1858, sediada em Londres: a *Western Africa Malachite Copper Mines Company Limited* (AHI:238-2-1). No ano seguinte, ele consegue junto ao Conselho Ultramarino autorização para a transferência da concessão das minas para firma. Contudo, esta era uma empresa criada pelo próprio Flôres na capital inglesa (GOUVEIA, 1993).

Ao retornar de Londres, Francisco Antonio Flôres traz consigo um conjunto de doze engenheiros de minas originários da Cornwall, sul da Inglaterra (MONTEIRO, 1875, p.160) – região que fora um dos maiores produtores de cobre e estanho do mundo. Alguns meses após a chegada destes, seis morrem depois três meses de permanência na região, quatro estavam tão debilitados que foram enviados de volta a Grã-Bretanha e apenas dois permanecem, sendo um deles o engenheiro de mina, químico e naturalista luso-inglês Joachim John Monteiro (MONTEIRO, 1875, p.160). Monteiro iniciou sua formação na Escola Real de Minas na Grã-Bretanha e tornou-se posteriormente químico (NATURE, 1857). Ele chegou em Angola em 1858 e sua atuação na região não restringiu-se a sua atuação profissional, estudou a fauna e a flora locais assim como suas principais características geomorfológicas (CLINNING, 1989). Se tornou membro da Sociedade Zoológica de Londres e trocava correspondências com Charles Darwin (DARWIN, [1863], 1999). Suas experiências foram relatadas na sua obra “*Angola and the river Congo*”, dividida em dois volumes e publicado na Inglaterra em 1875.

Associações entre investidores britânicos e firmas brasileiras no sentido de criar empreendimentos voltados para a mineração não era algo inédito no cenário econômico brasileiro do período monárquico. Cerca de vinte empresas britânicas exploraram ouro na Província de Minas Gerais durante todo o século XIX. Elas extraíram em todo este período aproximadamente cem toneladas de ouro da região e investiram mais de dois milhões de libras esterlinas (SILVA, 2012). De fato, apesar de não exatamente confirmado o afastamento radical entre o Império do Brasil e sua ex-metrópole e

consequentemente as colônias portuguesas na África proposto por Alencastro (2000), confirma-se – no caso da *Western Africa* - por outro lado o postulado acerca da aproximação comercial entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Apesar do fato de que a balança comercial entre ambos os países ser favorável aos britânicos, isto não impediu que houvesse investimentos em indústrias e no desenvolvimento logístico do país por volta de 1850, a iluminação da capital do império em 1854 e a construção da Estrada de Ferro Pedro II em 1858 (ELLIS, *et alli*, 2004). O caso da firma de Francisco Antonio Flôres, por sua vez abre a perspectiva de que firmas brasileiras possam ter se utilizado de recursos captados na praça comercial de Londres para atuar em uma colônia portuguesa.

Monteiro (1875) descreve que em 1858 o Bembe - ou Distrito de Pedro V como era a nomenclatura que os portugueses lhe deram – como sendo guarnecido de cerca de duzentos soldados bem armados e devidamente instalados, sendo chefiado por um comandante pertencente ao exército português que administrava a área. As autoridades militares lusitanas não interferia no trabalho dos engenheiros britânicos (MONTEIRO, 1875, p. 160). A *Western African Malachite Copper* possuía no local uma quantidade de operários que variava entre duzentas e trezentas pessoas, formadas por trabalhadores fixos e temporários. A hierarquia tinha em seu topo os engenheiros britânicos remanescentes, seguidos pelos mineradores, que eram em sua maioria soldados da própria guarnição portuguesa ali instalados, eles eram em sua maioria negros e mulatos luandenses que já possuíam experiência no uso de ferramentas (MONTEIRO, 1875). Haviam ainda outros funcionários subalternos incumbidos da lavagem do cascalho e de desbastar as matas próximas, em ambos os casos, trabalhadores temporários e parcamente remunerados (MONTEIRO, 1875). Por fim, e não menos importantes, existiam os carregadores que transportavam recursos de produção, mercadorias e os minerais entre o porto de Ambriz e o Distrito. Inicialmente, havia uma grande quantidade destes últimos trabalhadores. Apesar disso, com a incidência das epidemias que assolaram a área e o crescimento das produções de amendoim e café ao sul (MONTEIRO, 1875), se tornaram escassos, o que veio a ser uma ameaça crítica na distribuição da produção mineral da *Western Africa* (SILVA, 2008).

Os relatos dos nativos e de autoridades do governo colonial português davam conta de que a extração mineral feita pelos congolese chegava a 300 toneladas por ano.

O processo realizado por eles era rudimentar, se comparado com os métodos europeus, e arriscado diante da instabilidade do solo argiloso. Não era incomum encontrar restos humanos nas minas já abertas quando da chegada dos funcionários da *Western African* (MONTEIRO, 1875, p.193). Por estes motivos houve em um primeiro momento uma grande dificuldade em se obter resultados satisfatórios do empreendimento. Frente a tais empecilhos, os engenheiros chefes britânicos superexploravam os operários criando turnos diurnos e noturnos, sem contudo obter melhores resultados (MONTEIRO, 1875, p.160-161). Diante deste cenário, o dono da firma, Francisco Antonio Flôres, torna o engenheiro auxiliar Joachim John Monteiro o engenheiro chefe. Ele faz alterações no método de extração e consegue obter os primeiros resultados positivos, fazendo com que a produção saltasse de 15 para cem toneladas em 1859 (MONTEIRO, 1875).

Mesmo diante desta melhoria de cenário, aparentemente os lucros obtidos pelo ex-trafficante de escravos não eram suficientes. Monteiro (1875, p. 159) descreve que “apesar do trabalho incessante para desenvolver os recursos de Angola, sua grande fortuna se afundava”. Buscando diversificar ainda mais seus investimentos e aproveitando-se do fato de que a região do Bembe era uma rota de comércio de marfim que vinha do norte rumo a portos no litoral, Flôres passa a comerciar as presas afim de revendê-las (MONTEIRO, 1875, p.201). Em parceria com os britânicos, inicia a produção de algodão, em terras próximas ao Ambriz, porto de escoamento da produção de malaquita. Essa parceria lhe conferia acesso a insumos, maquinário e mão obra especializada vindas da Grã-Bretanha (AHI: 238-2-1). A proximidade da cidade portuária faria com que as dificuldades de escoamento da produção, encontradas no Bembe fossem superadas.

Porém, por trás de um aparente negócio de sucesso, criado e mantido dentro dos parâmetros do liberalismo e da mundialização econômica, deixa transparecer aspectos pouco lisonjeiros. O primeiro deles era a proximidade de Francisco Antonio Flôres com o cônsul espanhol em Angola (AHI: 238-2-1). Os membros do vice-consulado brasileiro, juntamente com os britânicos do Tribunal misto para o combate ao tráfico suspeitavam da participação do consulado espanhol na organização do tráfico de almas das regiões próximas da foz do Congo para a ilha de Cuba (AHI: 238-2-1). Tais suspeitas ganhavam mais força, quando a Espanha envia três navios de guerra que ficam

estacionados nas ilhas de Fernando Pó – próximo a foz do Zaire – e ainda pelo fato de que o cônsul espanhol migra de Luanda para a cidade portuária de Ambriz, ao norte, já no Reino do Congo, e passa a residir em uma casa cedida por Francisco Antônio Flores. Se já não fosse suficiente, a esquadra britânica prende o traficante de escravos Antônio José Fernandes – um dos sócios de Flôres na África –, que atuava na região da foz do Zaire em 1858. O mesmo acontece com Diogo José da Costa, preso no mesmo ano ao levar cativos da foz do Zaire para a Bahia (AHI: 238-2-2)

A *Western Africa Malachite Copper Mines Company* e a estratégia de expansão portuguesa

É importante considerar o papel que os negócios de Francisco Antonio Flôres e da *Western Africa Malachite Copper Mines Company* desempenhavam dentro da geopolítica da colonização portuguesa no centro oeste africano durante as décadas de 1850 e 1860. Um enclave militar português, financiado por um ex-traficante de escravos brasileiro com participação britânica e força de trabalho local situada numa rota comercial importante dentro do Reino do Congo, era um projeto ambicioso porém arriscado. Contudo, o capital aplicado na criação deste posto avançado do poder lusitano no centro oeste da África, reforça ainda mais a ideia da necessidade que o governo colonial em Angola tinha dos recursos advindos da iniciativa privada, mesmo que sendo de súditos estrangeiros.

O Reino do Congo era, não obstante, um país esfacelado pelas rivalidades regionais e cravejado de enclaves estrangeiros (BROADHEAD, 1947). O rei do Congo, naquele momento, apenas mais o chefe da capital do Reino Mbanza Congo, ou São Salvador nome dado à cidade pelos portugueses, e algumas outras pequenas cidades ao seu redor (MONTEIRO, 1875). Ele não recebia tributos nem tinha poder sobre as terras mais distantes de seu reino, porém gozava de prestígio e recebia homenagens e presentes, tanto dos chefes locais dentro das áreas habitadas pela etnia congo, quanto de Angola (MONTEIRO, 1875,).

O rei congolês Henrique II cujo nome africano era Afonso Lunga, que subiu ao trono 1843, morreu em 1857 (PELLISSIER, 1964). Pertencente ao clã dos Água Rosada e originário da região de Kibanto, enfrentou com inteligência as ameaças internas e

externas que assolaram seu reinado, mesmo que mantendo em linhas gerais o caráter geral de incapacidade em atuar efetivamente dentro de suas próprias fronteiras (BROADHEAD, 1947). Sabedor das limitações militares de seu reinado e do reduzido poder econômico e político que exercia (WHEELER & PÉLISSIER, 2012) buscou ampliar seu poderio aproximando-se dos portugueses assinando um tratado em 1845 no qual concedia aos lusos vantagens políticas e econômicas e permitia a presença de um destacamento militar dentro de seu território (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). Assim, os portugueses conseguiram uma justificativa legítima para lançar-se a invadir a cidade portuária de Ambriz em 1855 e estabelecerem-se nas minas no Bembe em 1856, concedendo-as à Francisco Antonio Flôres (CORDEIRO, 1883). Essa aproximação com os lusitanos, aliás, não era uma unanimidade entre as demais lideranças do Reino¹⁰. Alguns destes vinculados com o comércio exterior de produtos lícitos e escravos através do porto de Ambriz foram seriamente prejudicados pelas medidas adotadas pela Coroa Portuguesa para a região, como acima descrito. (BROADHEAD, 1947)

A morte de Henrique II abre uma disputa pela sucessão do trono congolês e com isso a oportunidade de abrir condições para mudanças no ambiente político e econômico do Reino (BROADHEAD, 1947). Clãs rivais lutam pelo trono e a situação, porém, diferenciava-se pelo fato de que esses começaram a definir-se como contrários ou favoráveis à interferência portuguesa no Congo (WHEELER & PELISSIER, 2012). Dentre eles o com maior apoio político dos chefes locais era o chefe da região do Dongo, sobrinho do rei morto, o marquês Dom Álvaro Makadolo. Ele era abertamente contrário a interferência portuguesa (PELLISSIER, 1997, p. 130). Um outro litigante, Pedro Lefula, munido das insígnias régias e com um grande séquito, se dirige ao Distrito de Bembe para solicitar, através das forças lusas ali baseadas, que o Governador Geral envie padres católicos para a realização do funeral de Henrique II e sua coroação como rei dos congolezes (PELLISSIER, 1997). Lefula, o Marquês de Catende, era um dos filhos de Henrique II e posicionava-se como o litigante ao trono mais alinhado ao governo de Lisboa (PELLISSIER, 1997, p.129). Diante da disputa pelo poder na capital

10 O reino Congo, após sua reconstrução no século XVIII se resumia a um conjunto de potestades locais mais ou menos conectadas entre si por vínculos comerciais e que a cada transição de reinado se lançavam vorazmente ao trono Com a perda do poder econômico a figura do rei congolês, intitulado de manicongo passou a valer-se de seu referencial ritualístico e político VANSINA, 2010).

do reino, ele e todo o séquito permanecem sob a proteção das tropas portuguesas do Bembe enquanto esperam o auxílio do governo colonial. Joachim John Monteiro narra a surpresa da comitiva do Marquês de Catende ante as instalações fabris das minas, tais como: máquinas à vapor, macacos hidráulicos e serrarias (MONTEIRO, 1875, p.223).

Alguns dias depois chegam ao Bembe, vindo do Ambriz uma força militar com uma centena de soldados e um padre que deveria juntar-se ao capelão residente no Distrito para realizarem o funeral do rei morto (MONTEIRO, 1875, p. 224) e coroar a Lefula como rei (PELLISSIER, 1997, p.131). Ao chegar à capital do reino, tomada por tropas leais a Makadolo, os padres são recebidos com júbilo pela população, porém as tropas lusitanas são tratadas com distanciamento. Diante do clima de beligerância existente na cidade, os padres fazem as exéquias de Henrique II, porém não celebram a coroação de nenhum dos litigantes ao trono. Frente ao ocorrido, a população se revolta, soldados são mortos e tanto os padres como as tropas portuguesas sobreviventes fogem de volta ao Bembe (MONTEIRO, 1875).

O governo colonial em Luanda envia, em 1859, mais soldados à região, se utilizando do porto de Ambriz e das minas da *Western África* como ponto de apoio para as incursões no Reino do Congo. No entanto, parcela considerável das forças militares são dizimadas pela varíola e pelas privações. As tropas remanescentes, não possuíam contingente suficiente para marchar sobre São Salvador e derrotar a Álvaro Makadolo, que neste momento já se intitulava “Álvaro XIII”. Assim, as forças portuguesas coroam a Pedro Lefula, nas proximidades do Bembe como Dom Pedro V do Congo, colocando-o sob o patrocínio do rei de Portugal do qual se fizera homônimo, (PELLISSIER, 1997).

Aparentemente, nem Francisco Antonio Flôres nem Joachim John parecem tomar algum partido na disputa no Reino do Congo. Contudo, a posição geográfica que ocupam, o vínculo com o governo geral de Luanda e seu papel econômico na região colocam as instalações da *Western African Malachite*, assim como outros empreendimentos de Flôres, numa situação de risco frente ao clima crescente de beligerância que ganha cada vez mais espaço no reino africano.

O ocaso da *Western Africa Malachite Copper Mines Company*

Em reação à coroação de Pedro Lefula pelos portugueses no Distrito do Bembe os partidários de Álvaro Makadolo invadiram as plantações de algodão nas proximidades do Ambriz pertencentes a empresa de Flôres, destruindo-as por completo e massacrando os escravos e demais empregados que tentavam defendê-la (AHI: 238-2-1). Outro grupo interceptou uma das caravanas de carregadores que viajavam do Bembe para o porto de Ambriz com mais de uma tonelada de malaquita extraída pela Companhia, roubando-lhe toda a carga e as trocando por armamentos nas feitorias britânicas (AHI: 238-2-1). Devidamente municiados e em meio a um clima de revolta que se generalizava no norte de Angola, eles rumaram para o Distrito do Bembe e levantaram cerco a uma das vilas próximas onde haviam tropas metropolitanas estacionadas. O vice-cônsul brasileiro, Saturnino de Sousa e Oliveira relata o episódio com tom carregado e evidencia a presença de outros brasileiros envolvidos:

“No momento em que escrevo este ofício acaba de chegar a notícia de que um distrito desta província, denominada [R]uibála, entre o Ambriz e o Bembe (...), que se sabia estar sitiado pelos pretos (...), foi reduzido pela fome: que a força militar, mulheres, crianças e [empregados], sendo ao todo cerca de 140 pessoas, rompendo caminho para o Ambriz com duas pequenas peças, chegaram a margem do rio Logi (uma lagoa distante e à vista de Ambriz) com grande fadiga, mas acabando-se[-lhes] ali as munições [lançavam] as peças ao rio; o que sendo [percebida] pelos selvagens caíram [sobre] a gente [fugitiva], que, como único recurso, se lançou ao rio, onde [pereceram] cerca de oitenta pessoas, entre as quais a mulher do oficial, a do chefe do conselho do [R]uibála, (Europeia), algumas outras mulheres e crianças, e o súdito brasileiro [Gason] Ferreira [Guillette], natural da Bahia, que ali estava como empregado da companhia das minas de cobre”. (AHI: 238-2-1).

Após esta vitória as forças fiéis a Álvaro Makadolo seguiram para as instalações da firma na sede do Distrito e tencionavam aplicar ali a mesma estratégia utilizada na tomada de Ruibalá, fazendo com que as tropas portuguesas se rendessem ou fugissem cortando-lhes os suprimentos: “Diz-se que o outro rei, D. Álvaro, fez publicar um [edito], dando pena de morte a quem vendesse algum gênero alimentício às forças portuguesas que conserva sitiadas, tanto em [Banza-a-ilegível], como no Bembe (...)” (AHI: 238-2-1). Assim, o Bembe ficou sob cerco por meses e suas tropas foram vencidas pela fome. Outros pontos da colônia, sabendo do levante contra os lusitanos,

iniciam revoltas, tal como o distante distrito de Mossamedes, no extremo sul da colônia (AHI: 238-2-1).

O mesmo Saturnino de Sousa e Oliveira afirma ainda que dentro da área do conflito haviam outros comerciantes de nacionalidade brasileira e que eles sofreram ataques das forças congolosas amotinadas: “Nas proximidades da foz do rio [Zaire] existem dois ou três súditos brasileiros, perto das feitorias francesas, os quais estão expostos, sem proteção, a todos os atos de vandalismo que os pretos quiserem exercer sobre suas propriedades”. (AHI: 238-2-1).

Ele descreve ainda a situação do súdito brasileiro Francisco Antonio Flôres e o quanto essa sequência de golpes inviabilizavam seus negócios, a ponto dele afirmar que considerava perdidas as minas do Bembe. Flôres não hesitou em requerer junto ao Governo Geral por ressarcimentos e indenizações graças à falta de apoio militar. Considerando que a firma era registrada na Praça de Comercial de Londres, logo era Britânica, e “o governo português teria de responsabilizar-se por este prejuízo da companhia” (AHI: 238-2-1), conforme informava o vice-cônsul brasileiro em correspondência ao Conselho de Estado de Pedro II do Brasil. O agente consular lamentava a ausência de força militar do Império do Brasil de modo a garantir os interesses dos súditos brasileiros residentes na região:

“Assim tem este individuo sofrido em importante prejuízo sem que eu possa ser-lhe útil por não ter aqui em navio de guerra brasileiro, que teria defendido naquele lugar essa propriedade como os americanos e ingleses têm defendido as de suas respectivas nacionalidades” (AHI: 238-2-1).

O conflito iniciado pela questão sucessória de Henrique II do Reino do Congo possuiu inúmeros outros desdobramentos que levaram ~~com que~~ o governo de Lisboa a assumir diretamente a condução da questão. A metrópole enviou novamente um contingente militar vindo diretamente de Portugal. Dentre os oficiais estava o infante Luís Felipe, que seria o futuro Luís I de Portugal. Junto com as tropas chega um novo Governador Geral, cujas instruções diziam respeito a levar a bom termo a reconquista do Congo. Álvaro Makadolo é derrotado e Pedro V assume o poder em São Salvador com o apoio miliar de seus partidários e das forças portuguesas recém-chegadas (PELLISSIER, 1997, p.135-140). A política de incorporação dos territórios desenvolvida

anteriormente porém não se alterou enquanto princípio, os lusos seguiam estabelecendo empresas privadas em áreas longínquas de suas possessões ou mesmo em áreas que alegavam ser suas.

Apesar de todos estes percalços, os favores de Francisco Antonio Flôres para com o Governo Geral Português em Luanda não seriam esquecidos. Além das jazidas que já tinha na Serra de Chella, próximo a Mossamedes, Flôres recebe a concessão de outras duas minas, agora em Benguela entre 1861 e 1862 e o direito de ampliar a área de exploração nas suas jazidas já existentes em Mossamedes (RELATÓRIO DO CONSELHO ULTRAMARINO, 1868), conforme mostrado na figura 1. Contudo, as minas do Bembe situadas no Distrito de Pedro V passaram para a administração direta do Governo Geral em 1859 (ÍNDICE DO BOLETIM OFFICAL DA PROVÍNCIA D'ANGOLA, 1864). John Monteiro narra ter trabalhado nas referidas minas até por volta de 1873 (MONTEIRO, 1875, p. 161) e relata que as atividades foram sendo gradualmente abandonadas e que, nos últimos estágios de sua exploração, os portugueses permitiam aos nativos explorarem o mineral por conta própria, voltando a se utilizar de métodos rudimentares (MONTEIRO, 1875, p. 195), ele descreve a situação na qual se encontrava o local:

“(...) Fiquei muito triste ao ver o lugar em completa ruína, com apenas algumas paredes de pedra cobertas de uma vegetação luxuriante de trepadeiras, assim como nas casas e lojas que existiam anteriormente estavam tomadas pelas plantas (...) (MONTEIRO, 1875, p. 195).

Além dos prejuízos causados pela revolta de 1859 no Congo o motivo de tamanha ruína, segundo Monteiro, seria a falta de mão de obra qualificada e experiente desde o início, o que levou a um déficit tão acentuado que se tornou difícil de contornar (MONTEIRO, 1875, p. 161). Conforme defende Silva (2008), dentre outros fatores está o fato de que a malaquita e o cobre explorados na região eram de alto custo diante das dificuldades logísticas relativas ao transporte do minério até o ponto de embarque e isto pode ter tornado o negócio inviável.

Considerações Finais

As dificuldades em recuperar os investimentos realizados nas etapas finais do período do contrabando, assim como as circunstâncias políticas e sociais desfavoráveis para seu reestabelecimento no Brasil após a Lei Eusébio de Queiroz, levam o personagem em foco a buscar novas possibilidades de atuação empresarial. Assim, como o ocorrido no Brasil, a cessação do tráfico levou a um aumento da base monetária disponível no mercado, o que possibilitou, para o período estudado uma expansão do crédito. Francisco Antonio Flôres tornou-se com isso credor tanto do Estado colonial português em Angola quanto de altos funcionários deste mesmo Estado, bem como de estrangeiros lá residentes entre as décadas de 1850 e 1860 (FERREIRA, 2011).

Corroborando com os postulados de Rodrigues (1964), quanto a expansão da base monetária com o fim da escravidão no Brasil, houve uma mudança de destinação de capital que se tornaram disponíveis com o fim do tráfico, parte deles sendo aplicado em novos empreendimentos também em Angola. Diante da necessidade da metrópole portuguesa em desenvolver novas possibilidades econômicas que pudessem substituir o tráfico de escravo, Flôres empreendeu o cultivo de produtos como o café, a cana de açúcar e do algodão, assim como a atividade de mineração em áreas já dominadas por Portugal ou reclamadas como pertencentes ao Império Português. Neste contexto foi possível perceber a atuação da *Western Africa Malachite Cooper Mines* na diversificação das fontes de renda da Colônia Portuguesa de Angola após o fim do tráfico de almas.

Ainda dentro desta lógica de diversificação de investimentos e mudança de destinação de recursos, tem lugar a expansão dos investimentos no mercado financeiro, - seja como meio de obtenção de mais recursos para prosseguimento das atividades empresariais ou como forma de investimento. No caso aqui estudado, o centro financeiro de Londres teve papel importante, pois permitiu que se reproduzisse na exploração mineral de Angola o arranjo institucional e financeiro já existente no Brasil no período.

Assim, os efeitos da diminuição do contrabando de cativos da África para o Império do Brasil transcendem aos aspectos estritamente nacionais. A efetiva entrada em vigor da lei que proibia o tráfico após 1850 teve consequências políticas, econômicas e sociais profundas na colônia portuguesa de Angola e demais áreas próximas fornecedoras da força de trabalho. Uma destas consequências que talvez seja mais próxima ao Brasil, porém poucas vezes considerada, seja às relacionadas aos traficantes de almas brasileiros ou demais envolvidos no negócio que seguiram residindo na África durante a diminuição e fencimento do tráfico. A análise do caso do ex-traficante Francisco Antonio Flôres e de sua firma, a *Western Africa Malachite Copper Mines Company*, demonstram a maneira como este operador do contrabando de escravos buscou reposicionar seus negócios diante da diminuição gradativa do tráfico para o Brasil e seu fim iminente.

Referência Bibliográfica e Fontes Documentais

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravos na antiga Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010.

AHI: Arquivo Histórico do Itamaraty, maço 238-2-1.

AHI: Arquivo Histórico do Itamaraty, maço 238-2-2.

ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. "O Tráfico Ilegal de Escravos (1831-1850c.): política, demografia, economia (Parte 2)". In: *História e-História*. Grupo de pesquisa em arqueologia histórica da Unicamp. Campinas: Maio de 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860". In: CHASE, Jeanne (Org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*. Paris: École des Hautes Etudes, 1987, pp. 131-147.

_____. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. "A viragem para a África". In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir). *História da expansão portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 68-85.

_____. "O Império português (1825-1890): ideologia e economia". In: *Análise Social*. Lisboa, vol. XXXVIII (169), 2004, p. 959-979.

BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Lisboa: Veja, 2003.

BROADHEAD, Susan Herlin. "Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries" In: BROADHEAD, Susan Herlin. *The International Journal of African Historical Studies*, Boston University Vol. 12, No. 4 1979, pp. 615-650.

CLINNING, C. *Southern African bird names explained*. Johannesburg: South African Ornithological Society, 1989.

DARWIN, Charles. *The correspondence of Charles Darwin*. Volume 11. 1863. Londres: Cambridge University Press. 1999.

ELLIS, Myrian; FILHO José R. de Araújo; LUZ, Nícia Vilela; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. *O Brasil Monárquico: declínio e queda do império*. Vol. 06. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FERREIRA, Roquinaldo. "A supressão do tráfico de escravos em Angola (ca. 1830-ca. 1860)". In: *História Unisinos*. V. 15. N. 01. Janeiro-abril/2011. p.03-13.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras. [1997], 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio S. de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (Org.). *Manual de Economia*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. "As relações africano-brasileiras de longa data: uma análise da investigação histórica sobre o assunto no Brasil". In: *Revista História e Cultura*. Vol. 4. Nº 1. Franca, mar. 2015, p.01-20.

GOUVEIA, Jorge Augusto da Cunha; MONCADA, Pedro Cabral de; MONTEIRO, José Frederico Aguilar; NETO, Manuel Gregório Nunes Mascarenhas. "Riquezas Minerais de Angola". In: *Revista agrícola*. Ano I, nº 9, Lisboa: Instituto para a cooperação económica, 1993, p. 17-20.

HERBERT, Eugenia. *Red Gold of Africa*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1984.

HERLIN, Susan J. "Brazil and the commercialization of Kongo, 1840-1870". In: CURTO, José C.; LOVERJOY, Paul E. *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of Slavery*. Amherst, NY: Humanit Books, 2004, pp. 265-287.

KARASCH, Mary. *Vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MONTEIRO, Joachim John. *Angola and the river Congo*. Vol. 1. Londres: Macmillan and Co. 1875.

PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865). Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. f. 262. São Paulo, 2009.

PESSOA, Ana. "De caixeiro a barão: a trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista". In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. V. 05. 2011. p. 01-26.

PIRES, Ana Flávia Cichelli. "Tráfico ilegal de escravos, 1830-1860: o redirecionamento dos embarques na costa Centro-Occidental africana". In: *Anais do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*. Londrina, 2005 p. 01-08.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, [1945], 1980.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Vol 1. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: os ferreiros na África Central no século XIX*. 149 p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: 2008.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. "O fim do tráfico atlântico de escravos e a política de Alforrias no Brasil". In: *Anais do VI Seminário do Trabalho, Economia e Educação no século XXI*. Marília, 2008, p.01-15

SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

VANSINA, J. "O Reino do Congo e seus vizinhos". In: OGOT, Bethwell Allan (Org.) *História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 647-695

VITORINO, Artur José Renda. “Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850”. In: *Economia e Sociedade*, Vol. 17, n.º. 3 (34). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: dez. 2008. p. 463-494.

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald. *Economia*. São Paulo: Makron Books, 1994.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “As feitorias de urzela e os barracões de negreiros nos empreendimentos atlânticos da década de 1840”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 50-75.